

LINHAS DE CRÉDITO PARA O AGRONEGÓCIO: QUAIS SÃO AS MAIS UTILIZADAS PELOS PRODUTORES RURAIS DAS CIDADES DE IGREJINHA/RS E TRÊS COROAS/RS

Gabriele Nadine Smaniotto Trein¹
Prof. Ms. Oscar Luiz da Silveira Scherer²

RESUMO

Conforme o Banco Central do Brasil (BCB), operações de crédito, também chamadas de linhas de crédito, são recursos disponibilizados por instituições financeiras por meio de empréstimos e/ou financiamentos. Ainda conforme o BCB, esses recursos são de extrema importância, pois garantem ao produtor um meio de financiar sua produção e seus investimentos. Esta pesquisa tem por finalidade verificar as linhas de crédito disponíveis e as que são mais utilizadas pelos produtores rurais das cidades de Igrejinha/RS e Três Coroas/RS, para o setor do Agronegócio, bem como analisar para quais projetos da área rural são utilizados os recursos que são obtidos por meio dessas linhas de crédito. A investigação realizada foi exploratória e qualitativa, organizada por meio de dois questionários, sendo um para os produtores rurais das respectivas cidades e outro para os trabalhadores das instituições financeiras. Com base nos resultados obtidos, as principais atividades para as quais são utilizados os recursos são a agricultura e a pecuária, que também foram citadas como as principais atividades exercidas pelos produtores rurais dos municípios pesquisados. Notou-se que os produtores rurais dos municípios se mostraram muito organizados financeiramente, uma vez que pensam e analisam muito bem antes de efetuar um investimento desse porte. Portanto, encontram-se assessorados em quesitos financeiros por seus contadores, trabalhadores das instituições financeiras e pessoas de sua confiança.

Palavras-chave: Produtores Rurais. Linhas de Crédito. Instituições Financeiras. Agronegócio. Projetos.

ABSTRACT

According to the Central Bank of Brazil (BCB) credit operations, also called credit lines are resources made available by financial institutions through loans and / or financing. This research aims to verify which lines of credit are available for the Agribusiness sector, which are the most used by rural producers in the cities of Igrejinha and Três Coroas and to analyze for which projects in the rural area the resources that are obtained through these credit lines are used. The research methods were exploratory and qualitative through two questionnaires. One quiz for rural producers in the cities of Igrejinha and Três Coroas and another quiz for workers in financial institutions. The main activity for which the resources are used are for Agriculture and Livestock, witchwere also mentioned as the main activities performed by rural producers in the mentioned cities. It was noted that rural producers in the municipalities were very financially organized, thinking and analyzing hard before making an investment of this size. Therefore, they are advised on financial matters by their accountants, the employees of financial institutions and people they trust.

Keywords: Rural Producers. Credit Lines. Financial Institutions. Agrobusiness. Projects.

¹Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara –Faccat. E-mail: gabrielesmaniotto@sou.faccat.br

²Professor Orientador. Docente nas Faculdades Integradas de Taquara –Faccat. E-mail: scherer.oscar@gmail.com
Trabalho de Conclusão de Curso. Data da submissão e aprovação: 23 dez. 2020

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que, desde a sua colonização, sempre sobreviveu da agricultura e da pecuária, inclusive no que diz respeito às exportações. Observa-se que esse setor continua se potencializando e se modernizando, juntamente com as tecnologias existentes no mercado atual, mas, por muitas vezes, faltam recursos financeiros para garantir esses investimentos, por isso as instituições financeiras oferecem linhas de crédito específicas para o agronegócio, incentivando o setor para continuar em crescimento.

Um dado publicado em 12 de abril de 2019 pelo site do governo federal com base nos dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento registra que, em média, todas as exportações do país baixaram em 5,3%, porém, em contrapartida, as exportações no agronegócio subiram 1,5% no mês de março de 2019. E, ainda, outro dado constante na mesma reportagem é o total das exportações do agronegócio do país em março de 2019, que foi de 47,6%, ou seja, metade de todas as exportações praticadas pelo Brasil nesse período foi do agronegócio, considerando a potência e a capacidade do setor.

Em sua página na internet, a Sociedade Nacional de Agricultura divulgou, em abril de 2019, que o agronegócio representa 20% do PIB do país e que a maioria da população não tem ideia de quantos avanços tecnológicos têm sido feitos no setor nos últimos anos. Conforme dados da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), cerca de 70% das propriedades agrícolas no Brasil passaram por algum tipo de modernização tecnológica, dentro ou fora do campo, valorizando ainda mais a questão financeira dessas propriedades, pois todos esses investimentos possuem valores relativamente altos para serem implantados, existindo também um período de adaptação e especialização desses profissionais.

Percebe-se, ainda mais do que o Brasil, que o próprio estado do Rio Grande do Sul (RS) é proveniente do agronegócio. Conforme dados do Investe RS, mais de 65% de toda a produção de máquinas agrícolas do Brasil são produzidas no RS, significando cerca de 50% da produção total. E a região do Vale do Paranhana, na qual a pesquisa se baseia, tem se destacado por investir muito em turismo rural. Por exemplo, a cidade de Igrejinha/RS possui o trajeto Caminhos do Rural Saudável que integra, atualmente, três propriedades que unem culinária, aprendizagem sobre plantas medicinais e preservação da mata nativa, com uma vista deslumbrante da região. Já a cidade de Rolante/RS possui o Caminho das Pipas, com pequenas propriedades vinícolas que vendem seus vinhos e sucos aos visitantes que passam pelo local.

Para tanto, as instituições financeiras oferecem crédito para os produtores rurais, mas será que são usadas por eles? Quais são as linhas de crédito mais utilizadas pelos produtores

rurais? Quais são esses projetos tão relevantes para o setor que, muitas vezes, deixa de se tornar mais tecnológico e funcional por conta de recursos financeiros?

O objetivo principal desta pesquisa é identificar as linhas de crédito disponíveis nas instituições financeiras e como são utilizadas pelos produtores rurais das cidades de Igrejinha/RS e Três Coroas/RS. Já os objetivos específicos são analisar as linhas de crédito disponíveis para os produtores rurais nas instituições financeiras, identificar as mais utilizadas por eles e verificar para quais projetos os produtores utilizam esses recursos.

Desse modo, foi realizada uma pesquisa por meio de uma metodologia exploratória com produtores rurais da cidade de Igrejinha/RS e Três Coroas/RS, no Vale do Paranhana, e com os trabalhadores das principais instituições financeiras citadas neste artigo com perguntas abertas e fechadas de natureza qualitativa, a fim de responder aos objetivos propostos. Além da introdução, que trouxe os aspectos principais tratados neste artigo, ele está elaborado da seguinte forma. A fundamentação teórica está dividida em cinco capítulos, iniciando pela Contabilidade de Custos e pela Contabilidade Rural. Na sequência, o capítulo seguinte - Administração Financeira – está subdividido em Contabilidade Financeira e avaliação de alternativas de investimento. Em seguida, o capítulo Agronegócio aborda o Agronegócio no RS e as linhas de crédito para o Agronegócio, sendo elas gerais e as ofertadas pelas instituições financeiras, como as oferecidas pelas referidas prefeituras dos municípios de Igrejinha/RS e Três Coroas/RS. Após, explica-se a metodologia utilizada nesta pesquisa, finalizando-se com a apresentação e a análise dos resultados apurados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos são todos os processos que se utilizam da contabilidade geral para realizar o registro de todos os custos da empresa, sejam eles da produção ou de vendas, tanto total como unitário, tornando a gestão do negócio mais eficiente, econômica e lucrativa (LAWRENCE *apud* CALLADO; CALLADO, 1999). Segundo Leone (1987), a contabilidade de custos serve para organizar, analisar e interpretar todos os custos que abrangem o produto, sendo possível, através dele, determinar o lucro e dar ao gestor maior poder na hora da tomada de decisões e de planejamento de seu negócio (LEONE *apud* CALLADO; CALLADO, 1999).

Essa contabilidade tem por finalidade abranger todas as operações da empresa, sendo o seu principal instrumento de planejamento e de tomada de decisões. Ela relata tanto informações financeiras quanto também as não financeiras que estão diretamente ligadas com

o uso dos recursos existentes na organização (LIMA, 2014). Conforme Martins (2003), a partir do crescimento e do surgimento dos mercados industriais, comerciais e de serviços, a contabilidade de custos passou a ser ferramenta de tomada de decisão, quando antes servia apenas para avaliação de estoque e lucros globais. O resultado disso é que, devido à grande concorrência existente no mercado atual, os preços não são apenas regulados pela contabilidade de custos, mas também pelo mercado.

Já os investimentos “são gastos com a obtenção de bens de uso da empresa e, principalmente, aqueles destinados à produção (máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios, materiais etc.)” (BERBEL, 2003). Lima (2014) entende que investimentos são gastos a fim de se obter bens ou direitos com benefícios futuros, enquanto custos são aqueles gastos que são necessários para produzir e vender o bem produzido pela organização. Já as despesas são a aquisição de bens e serviços para as atividades indiretas à produção, como as administrativas, comerciais e financeiras a fim de obter lucro. E o desembolso são pagamentos resultantes da aquisição de bens e serviços que podem ocorrer antes, durante ou após a entrega dos produtos, ou seja, pode ou não haver essa diferença em relação ao momento que o gasto foi efetuado.

2.2 Contabilidade Rural

Segundo Marion (1985), geralmente, em todas as empresas, utiliza-se o ano calendário base como exercício social, porém, na atividade agrícola e agropecuária, as principais do setor rural, devem ser observados outros aspectos para isso. Por ser uma atividade extremamente sazonal, o exercício social pode ser alguns dias de um mês. Considera-se, então, o período do plantio, da colheita e da comercialização da safra. Caso seja a opção de realizar o armazenamento da safra, o término do ano agrícola será a colheita. Não é possível medir esse tempo, pois vai depender do cultivo, do clima e outros, sendo impossível medir um padrão para o ano agrícola. Porém, pode-se analisar o fim do período de colheita e a comercialização, se for o caso, sendo assim não há motivos para esperar vários meses para realizar a contabilização final, só para aguardar o final do ano.

Consideram-se custo de cultura todos os gastos que são identificados de forma direta ou indireta com a cultura, como, por exemplo, sementes, adubos, mão de obra (direta ou indireta), combustível, depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na cultura, serviços agrônômicos e topográficos. Já a despesa são os gastos que são correspondentes ao cultivo propriamente dito, não sendo armazenados em estoque. São as despesas com vendas

(comissões, propaganda, entre outros), despesas administrativas (honorários dos diretores, pessoal do escritório, entre outros) e despesas financeiras (juros, correção monetária, entre outros) (MARION, 1985).

Valle e Aloe (*apud* CALLADO; CALLADO, 1999) destacam a importância da gestão de custos dentro do meio rural, uma vez que registra e controla as operações técnico-agrícolas para determinação dos custos e seu resultado da produção agrícola, sendo uma ferramenta eficiente ao longo de vários exercícios fiscais para avaliação da viabilidade e segmento das próximas produções. Hoffmann (*apud* CALLADO; CALLADO, 1999) avalia que a aplicabilidade da contabilidade de custos no setor rural pode auxiliar o produtor e o gestor da produção na fixação de preços, garantindo, assim, as necessidades de crédito, a orientação das assistências técnicas e um preço mínimo a ser praticado, tendo a certeza de que não ocorrerão imprevistos.

Como em qualquer empresa ou entidade, os cultivos geram custos diretos e indiretos durante a sua produção. Mas é preciso ter muita atenção na hora da contabilização dos custos indiretos:

No período da “Cultura em formação” todos os custos voltados para a referida cultura são acumulados nessa conta, inclusive a depreciação dos bens utilizados, desde a preparação do solo até a maturidade da plantação. Incluem-se também nessa conta os adiantamentos concedidos a fornecedores por conta de fornecimento de adubos, sementes, mudas etc. É evidente que, havendo mais culturas, os custos indiretos deverão ser rateados e apropriados à “Cultura Permanente em Formação”, conforme sua atribuição para essa cultura. Assim, considera-se o número de horas que o trator da fazenda destinou especificamente à cultura em análise; o número de horas que determinados funcionários estiveram à disposição da cultura em formação, e assim sucessivamente. (MARION, 2017, p. 22, grifos do autor).

Segundo Marion (1985), as perdas involuntárias na agricultura são geradas por situações extraordinárias e não dependem da vontade do agricultor, como, por exemplo, situações climáticas, como inundação, geada e granizo. Uma situação bastante comum na agricultura são os financiamentos para custeio das culturas. Esses geram despesas financeiras proporcionais ao tempo incorrido para pagamento do financiamento, que são os juros. Pode-se contabilizar no ano que a safra foi comprada para o custeio ou, ainda, no período em que ela será colhida e vendida (MARION, 1985).

Segundo Callado e Callado (1999), várias objeções precisam ser observadas ao realizar uma contabilidade rural. Elas podem ser classificadas em dois grupos: “a extensão das operações rurais e sua complexidade não permitem uma contabilização perfeita dos fatos das

empresas rurais; a ignorância que vive o homem do campo.” (CALLADO; CALLADO, 1999, p. 479). Contudo, em meio ao contexto atual vivido, isso é inadmissível que seja aceito por uma pessoa que possua conhecimentos econômicos.

2.3 Administração Financeira

Segundo Sanvicente (2013), uma das possíveis formas de descrever a função financeira de uma empresa é separar as áreas que necessitam de tomada de decisão por parte dos gestores. Geralmente, são classificadas em dois setores:

- a) Áreas de decisões referentes a investimento, financiamento e utilização do lucro líquido; e
- b) Tarefas de obtenção de recursos financeiros e análise da utilização desses recursos para a empresa.

Para Sanvicente (2013), o investimento refere-se à avaliação e à escolha de alternativas da maneira como os recursos financeiros serão utilizados. Esse conjunto de decisões visa dar à empresa o modelo ideal de ativos – fixos e correntes – para que as metas, objetivos e perspectivas da empresa sejam plenamente alcançados. Já o financiamento tem por objetivo alcançar uma estrutura perfeita em termos de fonte de recursos, sendo possível entender os investimentos.

2.3.1 Contabilidade Financeira

Segundo Flores, Braunbeck e Carvalho (2018), a teoria da contabilidade financeira encontra-se na contabilidade geral, porém é centralizada no comportamento e nas necessidades das pessoas no quesito informação contábil financeira. Ela torna-se relevante quando é necessário passar a informação contábil e/ou financeira da entidade para terceiros, que são conhecidos por *stakeholders*.

De acordo com Sanvicente (2013), é importante ressaltar que a função financeira tem por objetivo assessorar a empresa como um todo, proporcionando-lhe todos os recursos monetários exigidos, por meio das aplicações da empresa. Cabe ainda perceber a relevância na determinação de custos, prazos de pagamentos, garantias exigidas, dentre outros. Já a estrutura de investimento de uma empresa está diretamente relacionada ao seu ativo no balanço patrimonial e à estrutura de financiamento conectada ao passivo do balanço patrimonial.

Para Flores, Braunbeck e Carvalho (2018), existem duas subdivisões na contabilidade financeira, são elas: positivistas e normativistas. Os positivistas vão definir apenas os

movimentos financeiros específicos da contabilidade; já os normativistas descrevem uma abordagem da contabilidade em relação ao seu objetivo principal. Portanto, técnicas contábeis normativas dizem respeito ao nível dos pronunciamentos CPC'S (Comitê dos Pronunciamentos Contábeis) e que, depois, se tornam NBC'S (Normas Brasileiras de Contabilidade). Por outro lado, as técnicas contábeis positivistas atribuem-se a uma funcionalidade específica, no que se refere à estrutura do negócio.

Destacam-se, conforme Flores, Braunbeck e Carvalho (2018), outros objetivos das teorias financeiro-contábeis que são descrever e determinar as práticas contábeis mais adequadas para a utilização na empresa. Dessa forma, essas teorias:

Descrevem como os ativos devem ser avaliados; preveem que bônus pagos a administradores baseados em lucro levam a adoção de práticas contábeis que aumentam esse lucro; [...] descrevem a informação contábil que deve ser descrita para uma determinada classe de stakeholders, de acordo com suas necessidades. (FLORES; BRAUNBECK; CARVALHO, 2018, p. 55).

Conforme Dias Filho (*apud* FLORES; BRAUNBECK; CARVALHO, 2018), mediante a popularização dessas teorias contábil-financeiras, percebe-se que a contabilidade não é mais apenas uma ferramenta de apoio à decisão. Mas ela pode ter caráter econômico, contribuindo para as investigações e a abordagem de novas teorias.

2.3.2 Avaliação de alternativas de investimento

Com o projeto disponível, a primeira preocupação da empresa deve ser com a entrada e a saída de recursos que esse projeto gerará. Algumas dessas aplicações podem ocorrer analisando um investimento em longo prazo, como, por exemplo, compra de máquinas, substituição de um equipamento por outro, campanha publicitária, construção de um novo prédio, compra de novo sistema para controle interno, lançamento de um novo produto, entre outros. O segundo passo é a verificação dos resultados referentes às receitas operacionais geradas por esse investimento, enquanto o terceiro passo é a verificação dos eventuais juros do financiamento que não podem ser incluídos como despesa, afinal despesas financeiras não são despesas operacionais. O quarto passo é analisar que o benefício gerado pode não ter um retorno positivo: pode ser que ele seja apenas a redução das despesas operacionais da empresa, em razão de um investimento. Já no quinto passo, mesmo que o projeto seja para finalidade de ativo imobilizado, pode haver situações em que o valor seja aplicado como capital de giro, sendo importante atentar-se a isso, pois ele deve ser considerado como desembolso. Além disso, a fim de que esse investimento, no caso de um bem, chegue ao estágio avançado em seu ciclo de vida,

ocorre uma liberação dos recursos que deverão ser contabilizados como entradas de caixa. O sexto passo é quando a empresa tem recursos que poderiam ser usados em outras aplicações. Caso o projeto não existisse, ocorre o chamado custo de oportunidade. Quando o projeto é aceito, o valor do investimento deve ser incluído como desembolso, ocorrendo, dessa forma, uma entrada de caixa por força de aceitação do projeto (SANVICENTE, 2013).

Conforme Zdanowicz (1995), quando a empresa deseja efetuar um investimento, também se devem levar em conta outros dados que podem ser obtidos por meio dos resultados apurados mediante o balanço patrimonial, sendo eles os indicadores que podem retratar com mais precisão a realidade da empresa. A função de controle está diretamente relacionada a de realizar planejamentos financeiros e traçar metas e objetivos a serem atingidos ao longo do tempo pela empresa.

O objetivo principal do controle orçamentário é a técnica, que acompanhará, avaliará e analisará todo o planejamento financeiro em todas as suas etapas, bem como a verificação das etapas entre valores orçados e realizados, sugerindo melhorias a serem implantadas no próximo processo. Isso é necessário para que todos os planejamentos sejam orçados e realizados dentro dos valores orçados e em tempo hábil a fim de não afetar o funcionamento da organização (ZDANOWICZ, 1995).

É necessário que se faça uma comparação entre os valores, verificando possíveis distorções, erros de julgamento e conclusões precipitadas. Aliados a um bom sistema de planejamento financeiro e orçamento, os índices são, conforme Zdanowicz (1995):

- a) Indicador de desempenho orçamentário: é a forma objetiva de medir a situação real contra um padrão, previamente estabelecido entre as partes;
- b) O indicador é a medida que é usada para analisar os valores que foram realizados tendo por base os valores previamente projetados pelo planejamento financeiro e de orçamento.

Porém, os indicadores podem variar de acordo com o que medirá:

- a) Indicador de preços: é o preço pago pelo consumidor na compra de conjunto ou de bens;
- b) Indicador padrão de vida: É o grau de intensidade com que um indivíduo utiliza os produtos e/ou serviços existentes no mercado;
- c) Indicador custo de vida: É o total de todas as despesas necessárias para manter certo padrão de vida, referidas à cesta mais barata que caracterizam o mesmo padrão de

vida. Além disso, mede o acréscimo que deverá sofrer a renda para que seja mantido o indivíduo no mesmo padrão de vida de um período ao outro.

De acordo com Zdanowicz (1995), os principais objetivos dos indicadores são extinguir prováveis distorções existentes em uma série histórica de valores com datas distintas. Também é objetivo possibilitar a percepção e a realização de análises, interpretações e maneiras de se comparar os resultados em termos reais e usar a projeção dos valores operacionais e de capital da empresa.

Comparando orçamento com indicadores, tem-se que o orçamento serve para estabelecer de que forma as operações gerais e/ou capital da empresa serão organizadas, verificando sempre os objetivos e as metas preestabelecidos pelos gestores de finanças da empresa. Com isso, na busca de uma base mais confiável, destaca-se o uso de indicadores, de maneira a atualizar os valores passados, sendo nova base para a realização de novos planejamentos e controles orçamentários. “Os indicadores deverão ser calculados a partir da evolução dos custos internos da empresa, fornecendo melhores subsídios e orientações para a elaboração da peça orçamentária.” (ZDANOWICZ, 1995, p.140).

Ainda, segundo Zdanowicz (1995), destaca-se a importância do acompanhamento e da avaliação da evolução do plano geral das operações realizadas, dos custos internos e setoriais e da inflação média do período. Os indicadores são gerados pelos seguintes dados: mercado, tendências, economia e governo. Sendo assim, os indicadores fornecem informações estatísticas para a empresa, a fim de que se facilite a tomada de decisões.

Para Padoveze e Benedicto (2010), o conjunto de indicadores econômico-financeiro é o principal instrumento na análise de balanço. São números e índices que fazem relação com os elementos do Balanço Patrimonial com os elementos das Contas de Resultado. Os indicadores podem ser: de liquidez ou solvência, de estrutura e endividamento, de atividades, de margem e rentabilidade, de preço e retorno da ação.

Os indicadores atualmente usados são os que se referem à liquidez. Eles podem ser: Corrente, Seca, Imediata e Geral. A liquidez corrente faz uma relação entre o Ativo Circulante (AC) e o Passivo Circulante (PC). Já a liquidez seca faz relação com AC, subtraindo-se estoques e despesas do próximo exercício em relação ao PC total. Percebe-se que a liquidez imediata refere-se ao curto prazo (CP), pois sua relação é entre disponibilidades com o PC e a liquidez geral, procurando fazer uma relação geral entre CP e LP (longo prazo) e se referindo ao AC juntamente com Ativo Realizável a LP versus o PC + PNC (Passivo Não Circulante) (PADOVEZE; BENEDICTO, 2010).

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2018), com base nos indicadores, utilizam-se duas formas de análise das demonstrações, que são: vertical e horizontal, dependendo da forma como se pretende realizar a análise. O foco pode ser alterado e, dessa maneira, é possível verificar qual a melhor a ser escolhida pelo gestor. A análise horizontal permite a identificação e a evolução das contas individuais e grupos de contas. A análise realizada deve ser de pelo menos dois anos, sendo o indicador sempre dividido por 100, para que se chegue ao percentual e possa ser realizada a devida análise da conta. Esse é o foco central em variação temporal ocorrida em uma mesma conta. Em relação à análise vertical, o foco é a variação de uma conta em relação à outra do mesmo período de base da análise. Os percentuais objetivos nos dois casos devem ser averiguados e o seu objetivo “é dar uma ideia da representatividade de cada item ou subgrupo de uma demonstração financeira relativamente a um determinado total ou subtotal tomado como base.” (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2018, p.91).

2.4 Agronegócio

O agronegócio é um ramo de atividade composto por: agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, constituindo o setor primário da economia. Para Feix e Leusin Júnior (2019), o agronegócio é a produção de insumos e bens de capital como, por exemplo, fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas como também a indústria de transformação de matéria-prima agropecuária, como alimentos, bicompostíveis, fumo e as atividades que são específicas de produtos agropecuários, na armazenagem e na distribuição dos produtos do agronegócio.

Para Callado e Callado (1999), o conceito de agronegócio foi materializado em meados dos anos 1990 com uma ideia de ser moderno, eficiente e técnico. Porém, esse conceito não atingia os pequenos negócios familiares, ainda mecanizados e com poucos recursos. Com isso, surgiu a necessidade de outro conceito - o de agricultura familiar - representando os pequenos negócios que já vinham ganhando destaque na economia nacional.

Segundo a SEAD (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário), no ano de 2017, a agricultura familiar brasileira era a base econômica de 90% dos pequenos municípios e correspondia a 35% de todo o PIB do país. Isso se deve ao fato de que o governo federal, na época, havia dado muitos incentivos para esse setor por meio de programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Além disso, esses trabalhadores aumentavam a renda vendendo parte

de sua produção e garantindo a sua subsistência ao mesmo tempo em que geravam um crescimento do setor em escala elevada em todos os estados do País.

Conforme Duarte (2019), o agronegócio no Brasil, na atualidade, é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Com o clima propício e a grande expansão territorial, o Brasil alavancou na produção agrícola e isso, conseqüentemente, refletiu na economia do país, passando a contribuir com 50% do total de exportações do país, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura do estado de Minas Gerais.

O Brasil é um país com grande potencial agronegócio, destacando-se nas exportações para a Ásia e a Europa. Segundo informações do site Bayer Jovens (2019), o Brasil está na 9ª posição entre as maiores economias do mundo, sendo que o PIB (Produto Interno Bruto) foi de R\$ 6,6 trilhões em 2017. É também o 2º maior produtor de alimentos do mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos. São diversos os fatores que fizeram do país uma potência nesse setor. Entre eles, está o clima diferenciado, favorecendo diversos cultivos, muito diferente de outros locais do mundo. Além disso, tem uma localização privilegiada, água, solo fértil, entre tantos outros.

Para Duarte (2019), o Brasil utiliza-se de apenas 7,3% das áreas agrícolas existentes, ou seja, há muito espaço para o crescimento dessa cultura. E tudo isso fez com que o agronegócio brasileiro crescesse 1,87% em 2018, conforme o CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), representando, assim, hoje, 21,1% do PIB brasileiro.

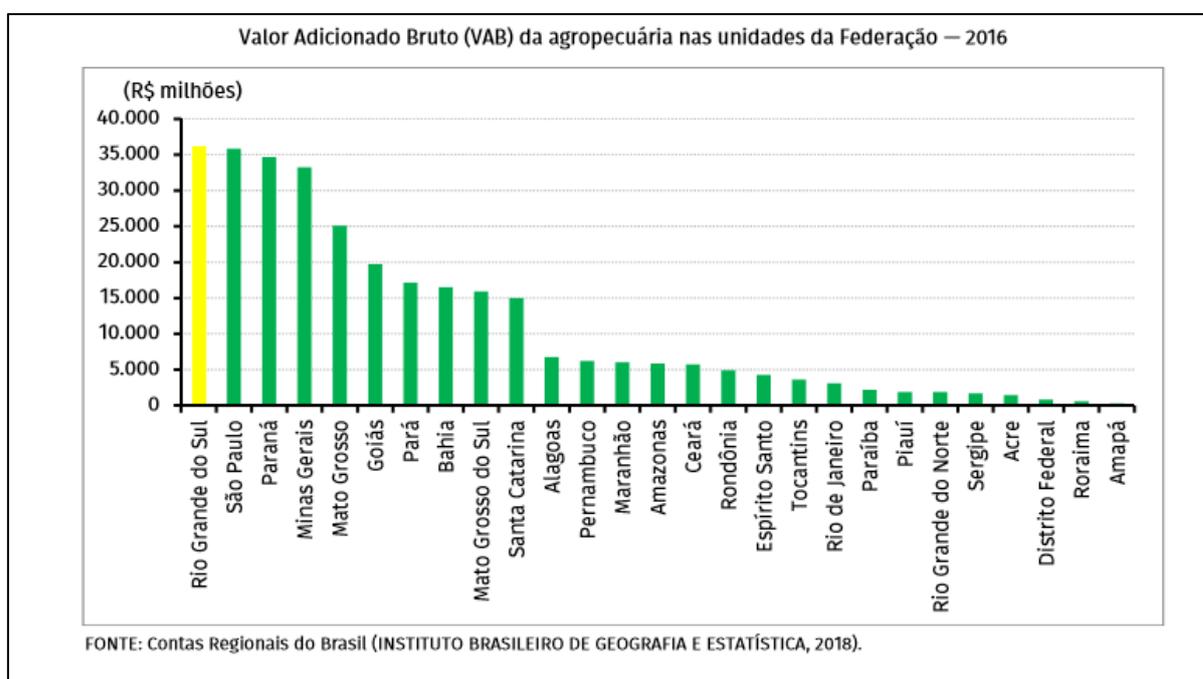
Outro dado relevante no atual cenário brasileiro é que esse setor abrange 38% dos empregos do Brasil e vem gerando dados positivos, mesmo em meio às dificuldades dos últimos anos. Porém, a mão de obra para o setor é escassa, sendo assim, muitos produtores que possuem recursos ou linhas de crédito têm optado por investir em tecnologias na agricultura, mantendo o setor em alta produtividade. Conforme Duarte (2019), o futuro do setor é promissor: até 2028 deve-se passar de uma produção agrícola de 234 milhões para 302 milhões, e a área de plantio sairá dos atuais 62,6 milhões de hectares para 71 milhões. Como se observa, não será uma alta na quantia de locais produtivos, mas, sim, na capacidade produtiva deles.

De acordo com Alves, Junior e Moraes (2017), as novas perspectivas para o setor rural vêm se fortalecendo atualmente, alterando a visão antiga de um rural apenas como agrícola. Essa realidade já não existe mais, uma vez que o rural é um setor extremamente variável, sendo possíveis inúmeras possibilidades de emprego e renda a esses trabalhadores, destacando-se economicamente os pequenos municípios do Brasil e do RS.

2.4.1 Agronegócio no RS

Segundo o Painel do Agronegócio, publicado em 2019, desde os primórdios do surgimento do Rio Grande do Sul, assim como de todo o país, o setor do agronegócio sempre foi pioneiro e trouxe grandes retornos financeiros ao Estado. Conforme o censo do IBGE de 2018, no ano de 2016, o Rio Grande do Sul era o primeiro do ranking do Valor Adicionado Bruto (VAB), contribuindo com o PIB agropecuário brasileiro em 11,8% de tudo o que era produzido no país em 2016.

Gráfico 1 - Valor Adicionado Bruto da Agropecuária no RS



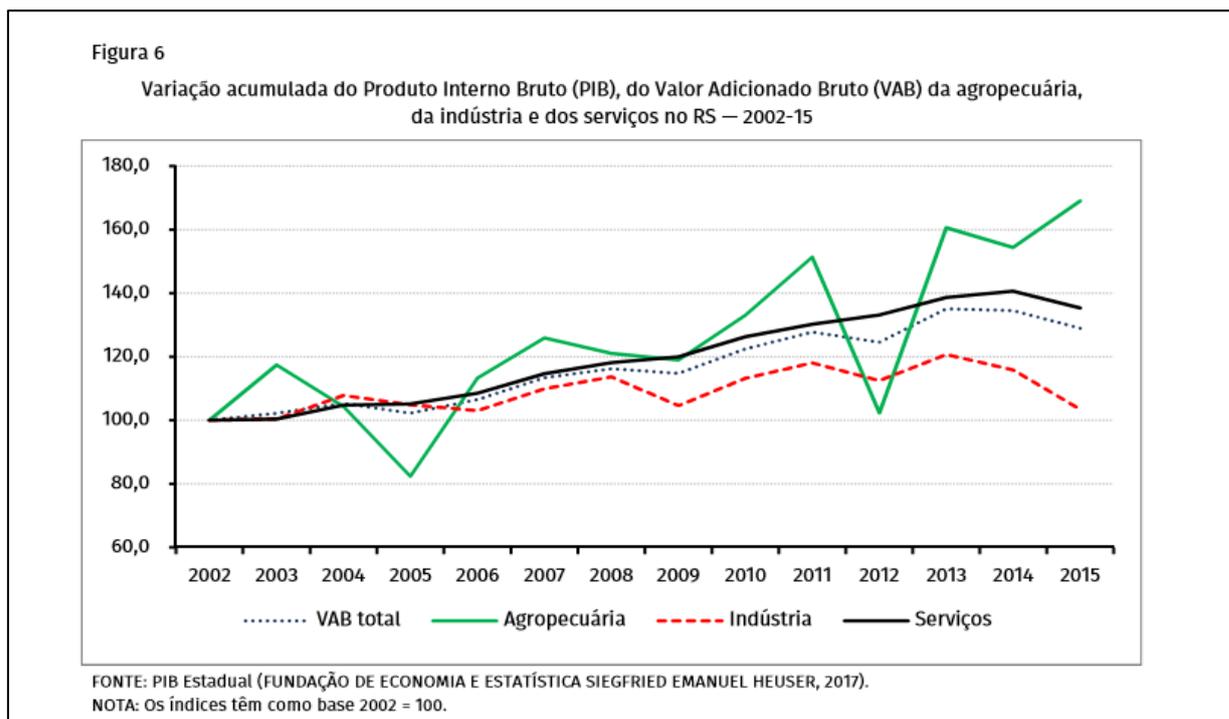
Fonte: IBGE, 2016.

Em relação ao PIB que foi destacado no parágrafo anterior, a participação no valor adicionado foi de 10,2/5 em 2016. É importante ressaltar que muito se deve às inovações tecnológicas do setor e ao rendimento físico dos hectares, medida extremamente sensível às condições climáticas, ou seja, é um conjunto de todas essas situações que garantem uma boa produção dentro do agronegócio. Formado em sua grande parte por propriedades pequenas ou familiares, o Rio Grande do Sul concentra sua produção em corte, cultivo de arroz e sojicultura. As grandes propriedades representam apenas 1% do total de estabelecimentos agropecuários e são também 1/3 da área produtiva (FEIX; JUNIOR, 2019). Segundo dados do IBGE (2018), o Rio Grande do Sul depende muito do agronegócio, um pouco mais do que o restante do Brasil, representando 6% de toda a economia do Estado, extremamente importante para a geração de renda. Conforme o IBGE, o PIB Municipal relativo à agropecuária diz que essa foi a principal

atividade em 252 municípios do RS, sendo ainda mais frequente em municípios com menos de 5000 (cinco mil) habitantes.

O Gráfico 2, extraído do IBGE, mostra a variação do PIB de todos os setores da economia gaúcha. Como se pode perceber, mais uma vez o destaque é o agronegócio. Enquanto todos os outros setores caíram, o agronegócio apresentou um crescimento, passando de 1,0 em 2017 para 1,2 em 2018.

Gráfico 2 – Variação acumulada do PIB do Valor Adicionado Bruto



Fonte: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.

De acordo com as informações do Painel Agropecuário, em 2017 e 2018 as exportações do agronegócio gaúcho cresceram em 3,6% por ano. A consolidação do produto gaúcho e brasileiro no agronegócio como diferenciado e de qualidade é o que o deixa ser menos impactado em meio a toda a crise econômica atual.

Segundo Alves Junior e Moraes (2017), os agricultores familiares dos pequenos municípios enfrentam grandes desafios no cenário atual e recente, procurando, hoje, agregar mercados e valor a sua produção. A grande dificuldade encontrada por eles é manter a variedade de produtos, preços, quedas de produção e situações atípicas como variações climáticas (ALVES; JUNIOR; MORAES, 2017).

2.5 Linhas de crédito para o Agronegócio

Sabe-se que as instituições financeiras do país oferecem linhas de crédito rural, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Nos quadros, serão apresentadas as linhas

disponíveis no mercado financeiro, as taxas de juros e o prazo de pagamento que são a base. Elas podem variar dependendo da instituição financeira e, muitas vezes, de um ponto de atendimento para outro, devido à demanda local, bem como se pertence a algum programa de agricultura familiar para pequenos produtores e se é uma linha abrangida pelo BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

Os programas de desenvolvimento local não são uma substituição da atividade agrícola. São integrantes dela e agregam valor ao desenvolvimento rural, respeitando as particularidades de cada produtor (WANDERLEY *apud* ALVES; JUNIOR; MORAES, 2017). O agronegócio foi um segmento que se atualizou muito nos últimos anos, e isso se deve, segundo Schneider (*apud* ALVES; JUNIOR; MORAES, 2017), às transformações socioeconômicas e políticas, à sustentabilidade e a uma nova perspectiva do meio rural. **Quadro 01 – Linhas de Crédito Rural – BANCO DO BRASIL S.A.**

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura Familiar	BNDES
Pronaf Custeio	A partir 3% a.a	2 anos	Sim	Não
Pronaf Agroindústria	Pré- fixada 4,6% a.a.	1 ano	Sim	Não
Custeio Agropecuário	A partir de 8% a.a.	2 anos	Não	Não
Funcafé Custeio	7% a.a.	14 meses	Não	Não
Pronamp Custeio	6% a.a.	24 meses	Não	Não
Agricultura de Baixo Carbono	A partir de 5,25% a.a.	12 anos	Não	Sim
Moderagro	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Moderfrota	8,5% a.a.	7 anos	Não	Sim
Moderinfra	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Pronaf Investimento	7% a.a.	8 anos	Sim	Não
Investe Agro	A partir de 8,5%a.a.	15 anos	Não	Não
Inova Agro	7% a.a.	10 anos	Não	Sim
PCA - Construção e Ampliação de Armazéns	A partir de 6% a.a.	15 anos	Não	Sim
BB Investimento Agropecuário Tradicional	6% a.a.	2 anos	Sim	Não
Pronaf Grupo B	0,5% a.a.	2 anos	Sim	Não

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura Familiar	BNDES
----------------	---------------	-------	----------------------	-------

Pronaf Agroindústria Investimento	Pré- fixada 4,6% a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Florestal	3%a.a.	20 anos	Sim	Não
Pronaf Agroecologia	3%a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Mulher	A partir de 0,5% a.a.	2 anos	Sim	Não
Pronaf Jovem	2,5% a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Mais Alimentos	A partir de 3%a.a.	10 anos	Sim	Não
Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor	Tx de mercado	360 dd a 720dd	Não	Não
Desconto de NPR/DR	Tx de mercado	240dd	Não	Não
Funcafé Aquisição de Café	A partir de 7% a.a.	360dd	Não	Não
Funcafé - Capital de Giro	9,5% a.a.	2 anos	Não	Não
Funcafé - Estocagem de Café	7% a.a.	360dd	Não	Não
BB FEE PGPM - Financiamento para Estocagem	A partir de 8% a.a.	180dd a 240dd	Não	Não
CPP - Comercialização Produção Própria	Tx de mercado	1 ano	Não	Não
BB CPR	Tx de mercado	360dd	Não	Não
BB Agronegócio Giro	Tx de mercado	360dd	Não	Não

Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados do site do Banco do Brasil.

Essas são as linhas de crédito para o setor anunciadas pelo Banco do Brasil, através do seu site.

Quadro 02 – Linhas de Crédito Rural – BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BANRISUL

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura Familiar	BNDES
Pronaf Agroindústria Investimento	Pré- fixada 4,6% a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Florestal	3%a.a.	20 anos	Sim	Não
Pronaf Agroecologia	3%a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Mulher	A partir de 0,5% a.a.	2 anos	Sim	Não
Pronaf Jovem	2,5% a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Mais Alimentos	A partir de 3%a.a.	10 anos	Sim	Não
Pronaf Industrialização	Pré- fixada 4,6% a.a.	1 ano	Sim	Não
Pronaf Custeio	A partir 3% a.a.	2 anos	Sim	Não
Pronamp Custeio	6% a.a.	1 ano	Não	Não
Custeio Empresarial Agro e Pecuário	8% a.a.	1 ano	Não	Não
Desconto de NPR/DR	Tx de mercado	120dd	Não	Não
AGROCOMPROR RURAL	Tx de mercado	Ind.	Não	Não
Financiamento Estocagem	Tx de mercado	240dd	Não	Não
Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor	Tx de mercado	Ind.	Não	Não
Adiant a Cooperados	Tx de mercado	240dd	Não	Não

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura Familiar	BNDES
-----------------------	----------------------	--------------	-----------------------------	--------------

Fornecimento a Cooperados	Tx de mercado	1 ano	Não	Não
Agricultura de Baixo Carbono	A partir de 5,25% a.a.	12 anos	Não	Sim
Moderagro	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Moderfrota	8,5% a.a.	7 anos	Não	Sim
Moderinfra	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Pronamp Investimento	7% a.a.	8 anos	Não	Não
Procap Agro	3,7% a.a.	6 anos	Não	Não
Prodecoop	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
PCA	A partir de 6% a.a.	15 anos	Não	Sim
Inovagro	7% a.a.	10 anos	Não	Sim
Prog. Mais Água Mais Renda	A partir de 3% a.a.	10 anos	Sim/Não	Não

Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados do site do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

As linhas de crédito rural apresentadas anteriormente são anunciadas no site do Banco do Estado do RS.

Quadro 03 - Linhas de Crédito Rural – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura Familiar	BNDES
Pronaf Custeio	Consultar condições	Consultar condições	Sim	Não
Pronaf Mais Alimentos	Consultar condições	Consultar condições	Sim	Não
Pronaf Agroindustria	Consultar condições	Consultar condições	Sim	Não
Pronaf Eco	Consultar condições	Consultar condições	Sim	Não
Recursos Próprios Livres	Consultar condições	Consultar condições	Sim/Não	Não
Pronamp Custeio	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Funcafé Custeio	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Pronamp Investimento	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Agricultura de Baixo Carbono	A partir de 5,25% a.a.	12 anos	Não	Sim
Moderagro	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Moderfrota	8,5% a.a.	7 anos	Não	Sim
Moderinfra	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Inova Agro	7% a.a.	10 anos	Não	Sim
PCA - Construção e Ampliação de Armazéns	A partir de 6% a.a.	15 anos	Não	Sim
Prodecoop	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Funcafé - Estocagem de Café	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Funcafé - AC	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Financiamento Estocagem	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não

Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados do site do Banco Cooperativo do Brasil.

No site da Cooperativa Sicoob, encontram-se disponíveis somente os tipos de crédito oferecidos ao setor rural. Taxas e demais detalhes são variáveis de um ponto de atendimento para outro, sendo assim não são apresentados no site. Ficam a critério de cada cooperativa seus métodos de trabalho.

Quadro 04 – Linhas de crédito Rural – SISTEMA DE CRÉDITO COOPERATIVO – SICREDI

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura a Familiar	BNDES
Fornecimento a cooperados	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Investimento Agropecuário	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Agricultura de Baixo Carbono	A partir de 5,25% a.a 12 anos		Não	Sim
Moderagro	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Moderfrota	8,5% a.a.	7 anos	Não	Sim
Moderinfra	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Inova Agro	7% a.a.	10 anos	Não	Sim
PCA - Construção e Ampliação de Armazéns	A partir de 6% a.a.	15 anos	Não	Sim
Prodecoop	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
CPP - Comercialização Produção Própria	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Custeio Agropecuário	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Custeio Pecuário Integradoras	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Financiamento de Garantia de Preços ao Produtor	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Financiamento Estocagem	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não
Industrialização	Consultar condições	Consultar condições	Não	Não

Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados do site do Sistema de Crédito Cooperativo.

No site da Cooperativa Sicredi, encontram-se disponíveis somente os tipos de crédito oferecidos ao setor rural. Taxas e demais detalhes são variáveis de um ponto de atendimento para o outro, sendo assim não são apresentados no site. Ficam a critério de cada cooperativa seus métodos de trabalho.

Quadro 05 – Linhas de crédito Rural – BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

Linhas Crédito	Taxa de Juros	Prazo	Agricultura Familiar	BNDES
Agricultura de Baixo Carbono	A partir de 5,25% a.a.	12 anos	Não	Sim
Moderagro	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Moderfrota	8,5% a.a.	7 anos	Não	Sim
Moderinfra	8% a.a.	10 anos	Não	Sim
Inova Agro	7% a.a.	10 anos	Não	Sim
PCA - Construção e Ampliação de Armazéns	A partir de 6% a.a.	15 anos	Não	Sim
Prodecoop	8% a.a.	10 anos	Não	Sim

Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados do site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Essas linhas referentes ao BNDES são oferecidas por todos os bancos citados anteriormente e têm as condições especiais estabelecidas pelo governo que é o mantenedor do BNDES.

Os dados dos quadros 01, 02, 03, 04 e 05 foram extraídos do site das instituições financeiras que atuam no setor do agronegócio nas cidades da pesquisa, Igrejinha e Três Coroas, no Vale do Paranhana no RS. São todas as linhas de crédito existentes no mercado financeiro e que estão disponíveis aos produtores rurais de todo o país nessas instituições, as principais do País na atualidade. Portanto, as condições e taxas podem variar de um ponto de atendimento para o outro, conforme normas de crédito de cada instituição financeira.

2.5.1 Linhas de Crédito oferecidas pelo Município de Igrejinha

De acordo com a Lei Municipal 2.395 de 30 de dezembro de 1996, a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Igrejinha/RS instituiu o PRASA, Programa Rotativo de Apoio ao Setor Agropecuário. Ele é definido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, COMDER, que se reúne uma vez por mês no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igrejinha, sendo que a verba está prevista pela Lei Municipal de Desenvolvimento da Agricultura.

Esses valores são verbas disponibilizadas pelo Programa Nacional PRONAF. O valor máximo a ser retirado é de R\$ 6.723,50 (SEIS MIL SETECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), o equivalente a 350 (TREZENTOS E CINQUENTA) sacos de milho ao preço mínimo previsto, em moeda corrente, cujo pagamento dar-se-á direto na Secretaria Municipal de Finanças. Esse valor poderá ser pago em 18 (dezoito) parcelas ou ainda, se o mutuário preferir, terá uma carência de 06 (seis) meses para o pagamento, porém as parcelas diminuem para 12 (doze).

2.5.2 Facilidades oferecidas pelo Município de Três Coroas

O Município de Três Coroas não oferece nenhuma linha de crédito, porém auxilia os produtores de outras formas. Conforme Lei Municipal 1.676/1997, é concedido, aos produtores, o empréstimo do trator de esteira conforme termos do acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o município e o produtor. Também, segundo a Lei Municipal 3.484/2015, auxilia com a compra de sementes, o transporte das colheitas e o transporte de insumos e calcários. Além disso, contribui com 50% da produção para quem plantar árvores frutíferas, oferecendo, também, um troca-troca de sementes entre os produtores e a abertura de açude, por exemplo.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Vale do Paranhana/RS, limitada aos municípios de Igrejinha e Três Coroas. Para tanto, foi realizada uma investigação qualitativa por meio da aplicação de dois questionários com perguntas abertas e fechadas, com um modelo de entrevista semiestruturada aos produtores rurais e aos colaboradores das instituições financeiras. Dessa forma, foram abordadas as particularidades de cada grupo e suas respectivas dificuldades, preservando a integridade, a ética e a identidade de todos. Os produtores pesquisados em sua grande maioria são pessoas físicas, feirantes ou agricultores que vendem a sua produção nas feiras

coloniais municipais ou dentro dos municípios de forma independente. Já os colaboradores das instituições foram escolhidos por serem os responsáveis pelo atendimento ao público rural.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa qualitativa tem por objetivo diferenciar uma pesquisa quantitativa, ou seja, qualificar aquele candidato como eleito ou um vestibulando a universitário. É necessário que ele passe a ter uma qualificação por meio de números ou de outros instrumentos de pesquisa que façam a sua diferenciação entre os demais.

O estudo realizado mediante a pesquisa foi exploratório. Conforme Lakatos e Marconi (2003), um estudo exploratório é aquele em que o objetivo é elaborar questões ou hipóteses para o problema, aumentar a proximidade do pesquisador com o ambiente e/ou fato a ser pesquisado e, ainda, modificar ou clarear conceitos. Ainda, segundo os teóricos, são utilizados procedimentos sistemáticos ou de observação ou ambos para a análise de dados, sendo o principal instrumento de coleta de dados desse tipo de pesquisa a entrevista semiestruturada ou não, porém, sem o emprego de amostragens estatísticas, mas, sim, com o objetivo de descobrir efeitos potenciais.

Conforme Gil (2008), nos estudos exploratórios, são utilizadas entrevistas com o propósito de proporcionar mais compreensão do problema, gerando novas hipóteses e levantamento de dados concretos e construtivos para a coleta de dados. Em uma análise qualitativa, é sempre importante ressaltar que, diferentemente do que ocorre em estudos experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos anteriormente, não há fórmulas ou receitas já definidas para orientar os pesquisadores, ou seja, o desenvolver da pesquisa vai depender muito da capacidade e do estilo de cada pesquisador (GIL, 2008).

Ainda, para Gonsalves (2003, p. 65), o estudo exploratório “é aquele que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com o objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. Ou seja, é uma pesquisa para entender, aprimorar e compreender mais sobre um determinado assunto.

Segundo Apollinário (2004, p.151), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por “lidar com fenômenos”, pois “prevê a análise hermenêutica dos dados coletados”. Ela é a consolidação dos dados investigados em forma de análise, de forma escrita, com os detalhes do estudo exploratório realizado anteriormente, ou seja, os dados se completam.

3.2 Universo da Pesquisa

Atualmente, existem, no município de Igrejinha/RS, 480 (quatrocentos e oitenta) produtores rurais cadastrados no Sindicato Rural do município e em Três Coroas/RS 300

(trezentos) produtores filiados ao Sindicato Rural do município. Coletou-se uma amostragem de 27 (vinte e sete) produtores rurais na cidade de Igrejinha/RS e 19 (dezenove) produtores rurais da cidade de Três Coroas/RS. Eles responderam a oito perguntas qualitativas abertas e fechadas.

Quanto aos trabalhadores das instituições financeiras, o questionário foi aplicado a um funcionário de cada instituição, visto que as operações se equivalem, alterando apenas questões detalhadas como taxas de juros e linhas disponibilizadas. Eles responderam a cinco perguntas qualitativas abertas e fechadas.

Vale ressaltar que, devido à pandemia da COVID-19, parte dos questionários foi aplicada de forma online, dificultando o acesso aos produtores rurais, visto que muitos deles não possuem meios eletrônicos de contato ou dependem de terceiros para essa comunicação. Dessa forma, a pesquisadora teve que coletar vários questionários de forma presencial, observando todas as medidas de prevenção e de proteção. Os resultados atingidos representam uma amostragem desse grande universo de produtores rurais das cidades em que a pesquisa foi aplicada.

3.3 Meios da Pesquisa

Foram aplicados dois questionários: um para os produtores rurais contendo oito perguntas qualitativas abertas ou fechadas e outro questionário aos trabalhadores das instituições financeiras. Esses últimos responderam a cinco perguntas qualitativas abertas ou fechadas.

A análise dos resultados foi obtida por meio do resultado do questionário aplicado aos produtores rurais e aos trabalhadores das instituições financeiras. Com isso, foram verificadas as respostas de cada grupo, sendo elas descritas a fim de identificar todas as linhas de crédito utilizadas pelos produtores, quem as utiliza mais, pessoa jurídica ou física, quais são as linhas disponíveis pelas instituições e quais os projetos existentes, na área rural, financiados por essas linhas de crédito. Os dados, tabulados por meio de descrição, gráficos e análises comparativas, serão apresentados no próximo capítulo.

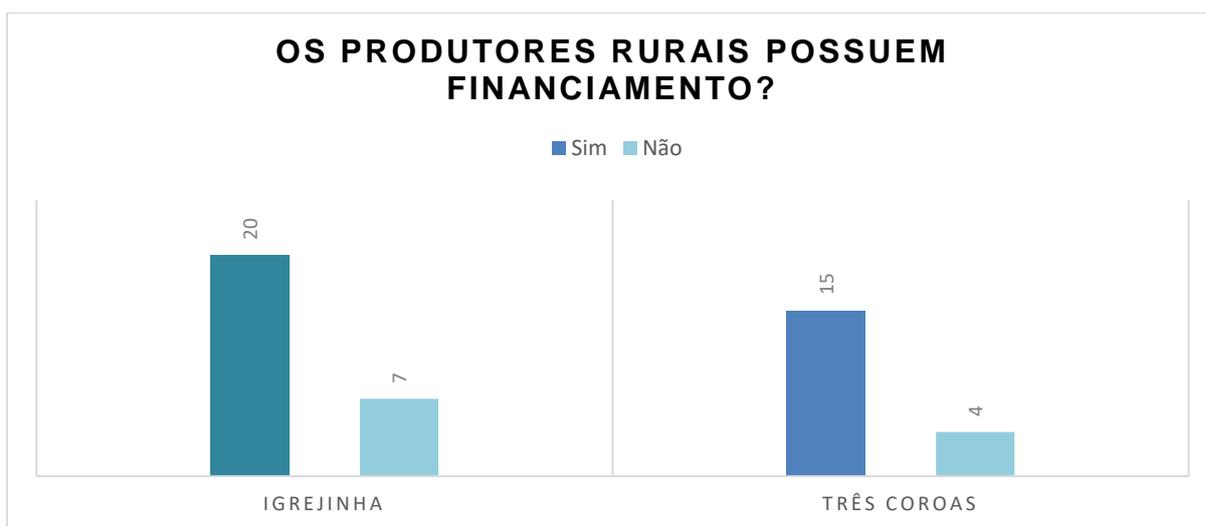
4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Análise dos dados referentes ao questionário com os produtores rurais

A pesquisa foi realizada com 46 (quarenta e seis) produtores rurais, sendo deles 19 (dezenove) da cidade de Três Coroas/RS e 27 (vinte e sete) da cidade de Igrejinha/RS. O questionário para esse público contou com oito perguntas, duas abertas e seis fechadas, além da solicitação da cidade onde residem. Já o outro questionário foi enviado a quatro trabalhadores das instituições financeiras citadas no artigo: Banco do Brasil, Banrisul, Sicredi e Sicoob. Esses participantes responderam a cinco questões: três fechadas e duas abertas, informando, também, a instituição que representavam.

Nessa etapa, foram levados em consideração todos os produtores rurais cadastrados nos sindicatos rurais das cidades de Igrejinha e Três Coroas. Ao todo, na cidade de Igrejinha, estão cadastrados 480 produtores (quatrocentos e oitenta) e na cidade de Três Coroas são 300 (trezentos). A amostra da pesquisa citada anteriormente foi realizada presencialmente e por meio de Google Formulário.

Gráfico 3–Os produtores rurais possuem financiamento?



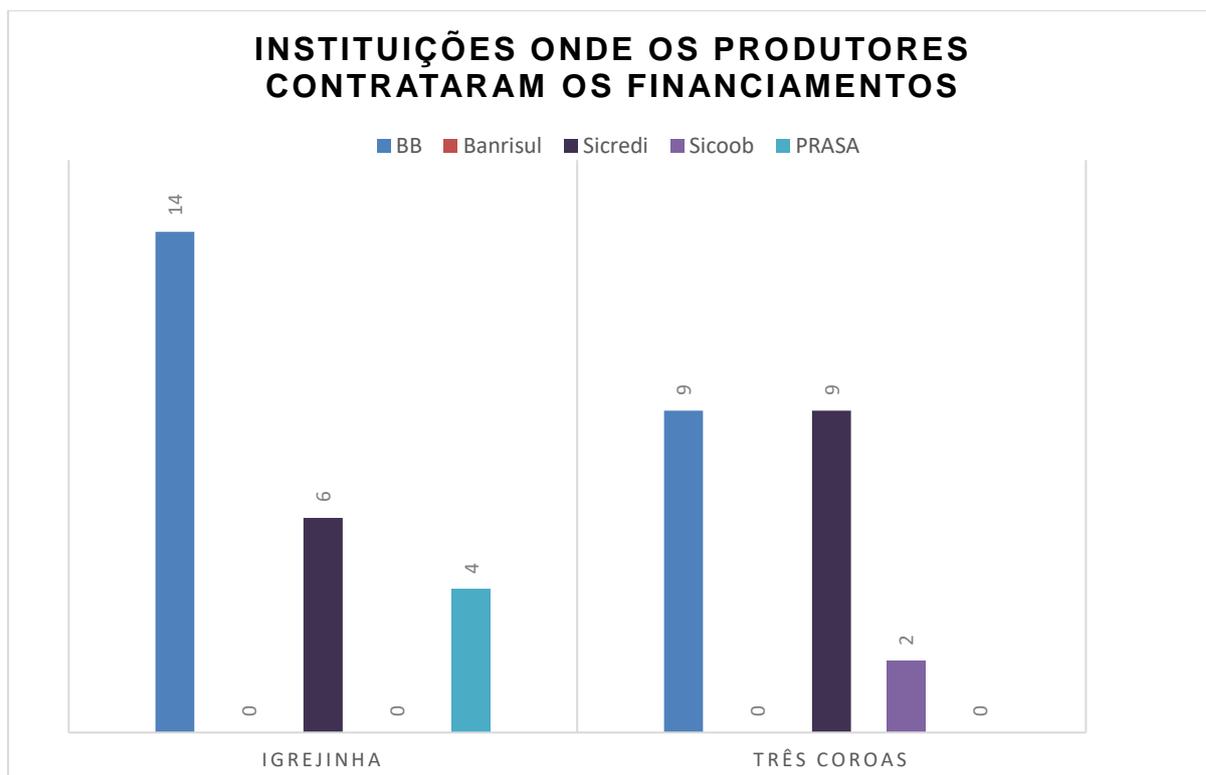
Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

Foi questionado aos produtores se eles possuíam financiamento. Conforme dados do Gráfico 3, na cidade de Igrejinha, 74% dos produtores que participaram da pesquisa possuem algum tipo de financiamento para sua propriedade rural. Já na cidade de Três Coroas, esse percentual foi de 79%. Os que responderam que não possuem nunca o fizeram ou têm pretensão em fazer. Esse percentual foi de 26% em Igrejinha e 21% em Três Coroas.

Nesse sentido, segundo Sanvicente (2013), analisando as possíveis formas de tomada de decisão em relação aos recursos referentes ao lucro ou sobras, existem duas possibilidades: o investimento refere-se à avaliação e à escolha de alternativas da maneira como os recursos financeiros serão utilizados. Esse conjunto de decisões visa dar à empresa o modelo ideal de ativos – fixos e correntes – para que as metas, objetivos e perspectivas da empresa sejam plenamente alcançados. Já o financiamento é quando o objetivo seria alcançar uma estrutura perfeita em termos de fonte de recursos, sendo assim possível entender a composição dos investimentos.

Dessa forma, também é possível perceber, conforme Alves, Junior e Moraes (2017), que o setor rural possui novas perspectivas, sendo esse um setor muito variável, não possuindo mais uma visão antiga relacionada apenas ao agrícola. Ele cria possibilidades para gerar emprego, renda e riqueza ao país, sendo destaque na economia brasileira e do Rio Grande do Sul.

Gráfico 4 – Instituições onde os produtores contrataram os financiamentos

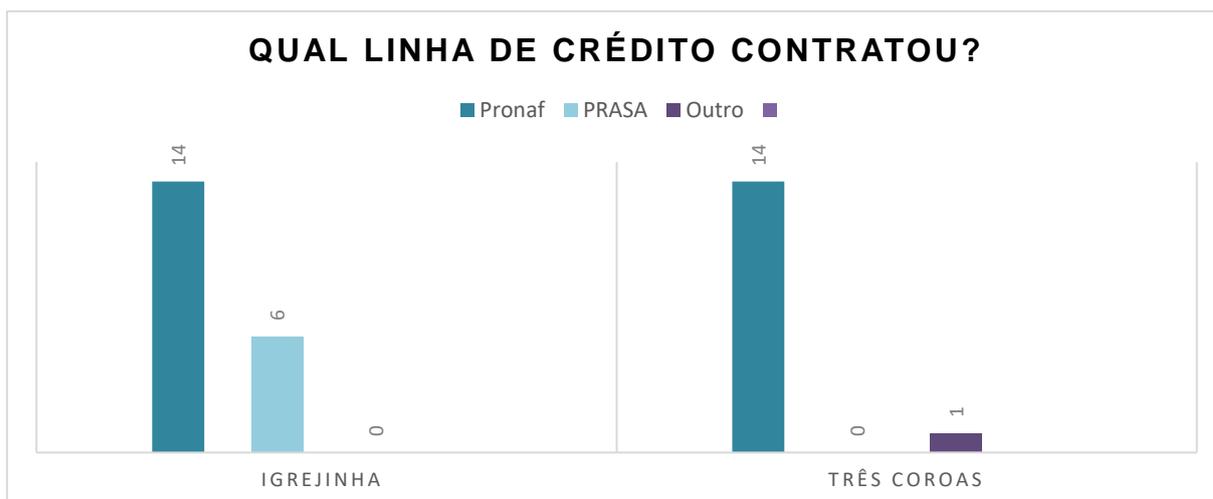


Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

No Gráfico 4, observam-se as instituições financeiras nas quais os produtores contrataram os financiamentos. Nesse questionamento, eles poderiam optar por mais de uma resposta, visto que tinham a possibilidade de assumir mais de uma linha de crédito, ainda que não ao mesmo tempo e tê-las contratadas em períodos diferentes e em instituições diferentes. Na cidade de Igrejinha, a instituição com maior número de linhas contratadas foi o Banco do Brasil e, na cidade de Três Coroas, houve um empate entre o Banco do Brasil e a Cooperativa Sicredi.

Sabe-se que as instituições financeiras do país oferecem linhas de crédito rural, tanto para pessoas físicas quanto para jurídicas. Os programas de desenvolvimento local não são uma substituição da atividade agrícola, mas parte integrante dela. Agregam valor ao desenvolvimento rural, respeitando as particularidades de cada produtor (WANDERLEY *apud* ALVES; JUNIOR; MORAES, 2017). O agronegócio foi um segmento que se atualizou muito nos últimos anos, e isso se deve, segundo Schneider (*apud* ALVES; JUNIOR; MORAES, 2017), às transformações socioeconômicas e políticas, à sustentabilidade e a uma nova perspectiva do meio rural.

Gráfico 5 – Qual linha de crédito contratou?



Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

Uma das questões abordadas com os produtores rurais foi qual a linha de crédito que eles haviam contratado. Na cidade de Igrejinha, 70% dos produtores responderam que contrataram a linha do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), linha do BNDES, enquanto os demais 30% relataram ter contratado a linha PRASA (Programa Rotativo de Apoio ao Setor Agropecuário), linha disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Igrejinha através da Lei Municipal 2395/1996 por meio de recursos também disponíveis pelo BNDES. Já na cidade de Três Coroas, 93% dos entrevistados contrataram a linha do PRONAF, e 7% contrataram outras linhas.

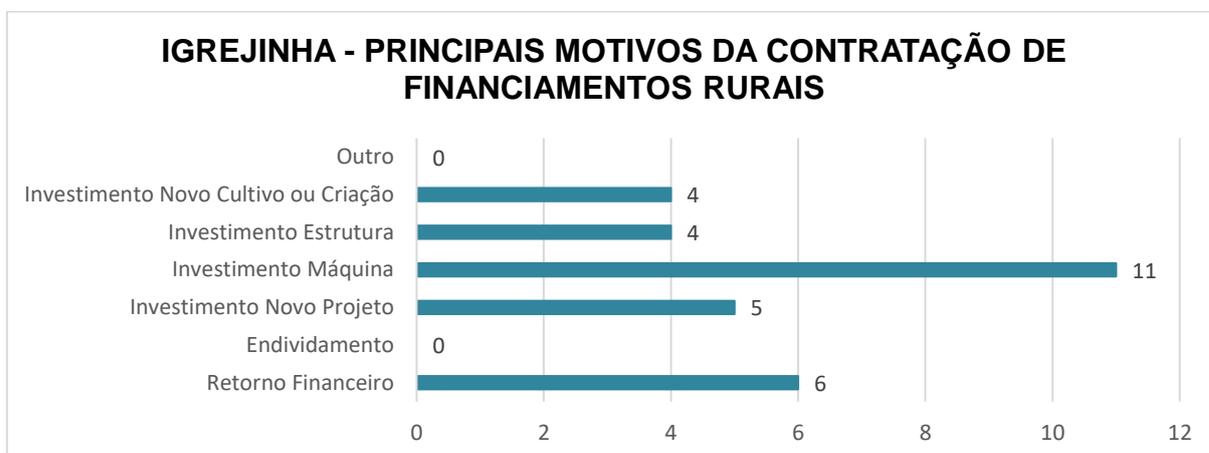
Segundo informações do BNDES (2020), serão liberados, durante o ano de 2020, 14,8 milhões de reais por meio da linha de financiamento PRONAF. Ou seja, com base nos resultados obtidos pela pesquisa, é possível perceber que essa grande liberação nos recursos proporcionou maior adesão dessa linha por parte dos produtores rurais.

A quarta pergunta do questionário solicitava aos produtores qual a sua principal atividade no ramo agrícola. Dentre os produtores das duas cidades, predominou a agricultura e a pecuária, porém, observa-se que muitos deles seguem vários ramos de agronegócio, devido à diversidade da própria propriedade e com o intuito de gerar emprego e renda dentro das propriedades. O mais lucrativo, segundo eles, é a agricultura, porque grande parte dos entrevistados são feirantes, sendo essa a principal fonte de renda da propriedade e da família. Dentre os vários ramos do agronegócio citados, estão a venda de produtos coloniais, apicultura, vitivinicultura, turismo, avicultura e piscicultura.

De acordo com os dados do IBGE (2018), o Rio Grande do Sul depende muito do agronegócio, um pouco mais do que o restante do Brasil, representando 6% de toda a economia do Estado, extremamente importante para a geração de renda. Ainda, conforme o IBGE, o PIB

Municipal apontou que a agropecuária era a principal atividade em 252 municípios do RS, sendo ainda mais frequente em municípios menores de até 5000 habitantes.

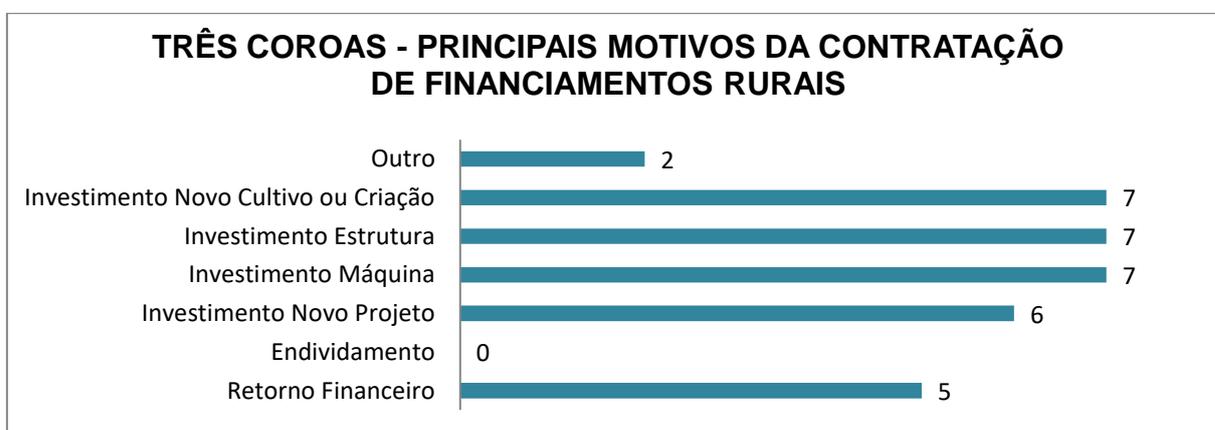
Gráfico 6 – Igrejinha: Principais motivos para contratação de financiamentos



Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

A quinta pergunta do questionário aos produtores foi: Para qual finalidade você buscou linha de crédito utilizada na sua propriedade/entidade rural? Dentre as opções mais citadas na cidade de Igrejinha, está o investimento em máquinas e equipamentos seguido por bom retorno financeiro e investimento em novos projetos.

Gráfico 7 – Três Coroas: Principais motivos para contratação de financiamentos



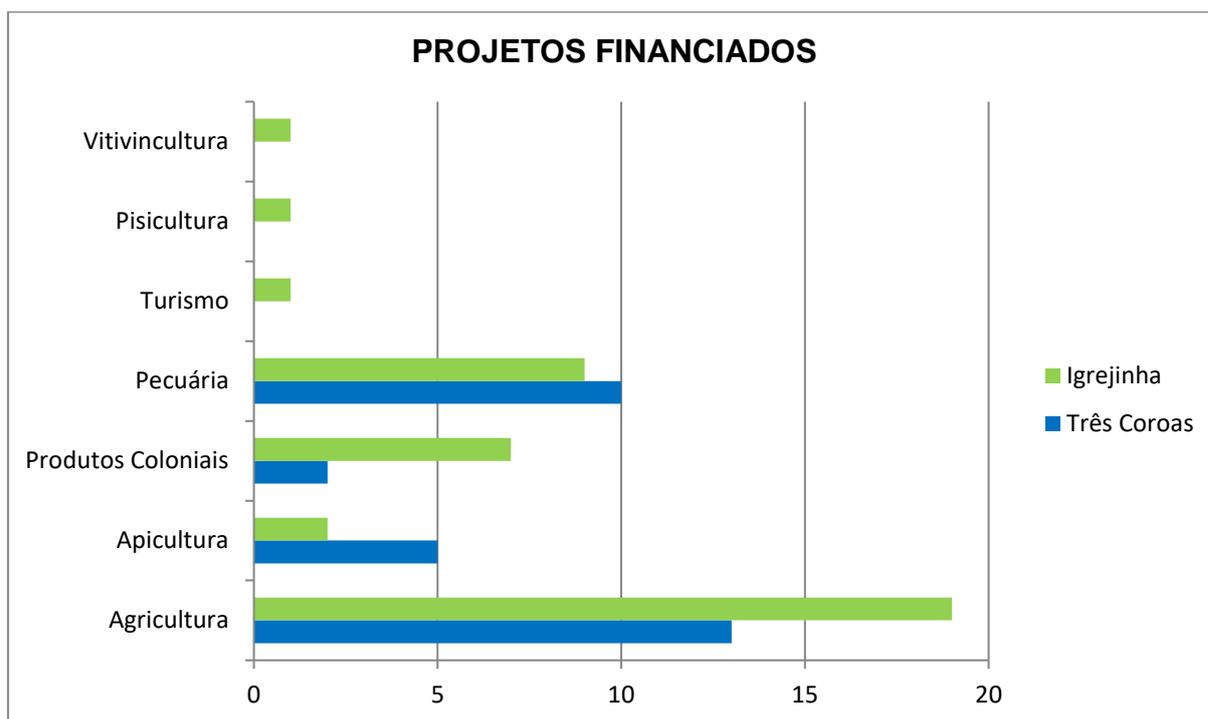
Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

Na cidade de Três Coroas, as opções mais citadas foram investimentos em máquinas e equipamentos, investimento nas estruturas, investimento em novo cultivo ou criação e investimentos em novos projetos. Nas duas cidades, nenhum dos participantes relatou encontrar-se endividado, indicando que só contratam um financiamento tendo a certeza de que nada afetará esse pagamento, ou seja, de que não dependerão necessariamente da venda da sua produção, pois há muitos fatores externos que podem facilmente prejudicar esse ganho, como,

por exemplo, os fatores climáticos, insetos e pragas. No momento atual, a pandemia COVID-19 reduziu as vendas em função do desemprego gerado na região.

Conforme conceito trazido pelo autor Sanvicente (2013), existem várias formas de investimento, porém muitas delas terão retorno em longo prazo, como a compra de máquinas e o lançamento de um novo produto. Com isso, o próximo passo é a verificação de que esse investimento trouxe maior receita ao negócio, agregada ao já existente.

Gráfico 8 – Projetos Financiados



Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

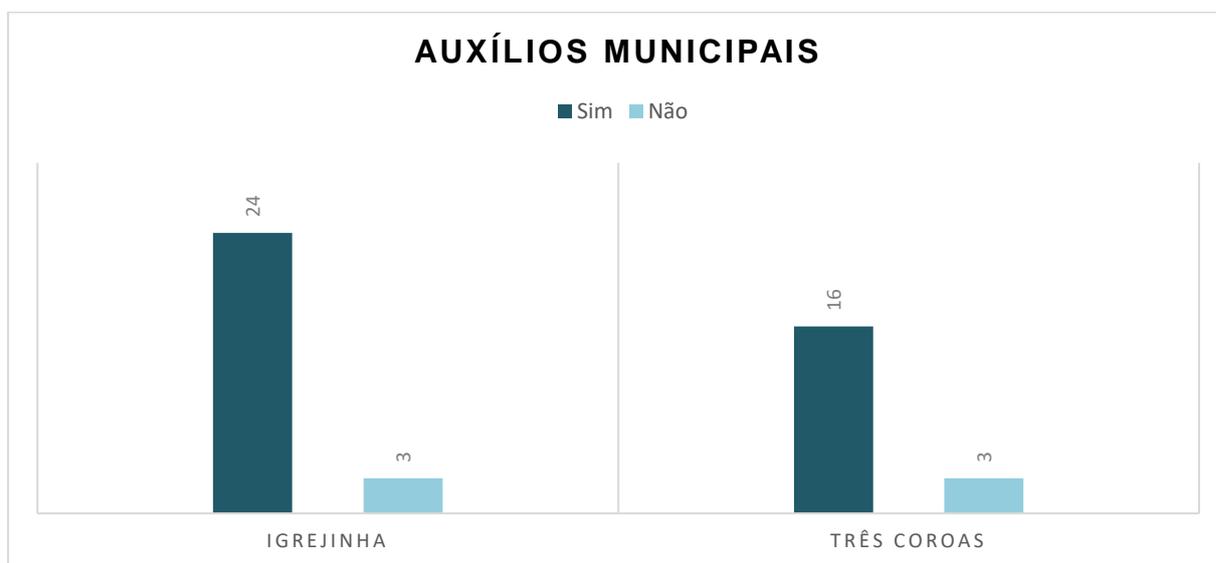
No Gráfico 8, demonstram-se as respostas obtidas pela pergunta de número seis, a qual buscou descobrir em quais setores do agronegócio foram investidos os recursos provenientes dos financiamentos. Observa-se que, tanto na cidade de Igrejinha quanto na de Três Coroas, os dois setores com maior número de investimentos foram a agricultura e a pecuária seguida pela produção de produtos coloniais e apicultura. Segundo dados levantados, os investimentos ocorreram a fim de modernizar e automatizar esses setores do agronegócio, aumentando a produtividade e facilitando o dia a dia dos agricultores.

Para Zdanowicz (1995), é possível analisar que, a fim de que um investimento possa trazer retorno para a empresa, no caso ao produtor rural, é preciso muito planejamento e estudo da proposta. As linhas de financiamento são bons investimentos de recursos, mas sempre é necessário que se observe o planejamento financeiro seja das empresas ou do negócio rural com base na pesquisa realizada.

Ressalta-se a importância de verificar as propostas orçadas e as realizadas e averiguar possíveis divergências que podem comprometer todo o planejamento financeiro do produtor e de seu negócio. Além de realizar tudo isso em tempo hábil para a análise contábil, gerará o resultado da operação financeira aliada ao investimento realizado pelo produtor, utilizando-se dos recursos Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Índices aplicados às contas patrimoniais e de resultado, demonstrando, assim, se o investimento realizado cumpriu o seu objetivo de gerar maior receita ao negócio rural (ZDANOWICZ, 1995).

Conforme Padoveze e Benedicto (2010), os índices de análise podem ser: de liquidez ou solvência, de estrutura e endividamento, de atividades, de margem e rentabilidade, de preço e de retorno da ação. Porém, os mais utilizados para a análise de resultado são os de liquidez, que se subdividem em corrente, seca, imediata e geral.

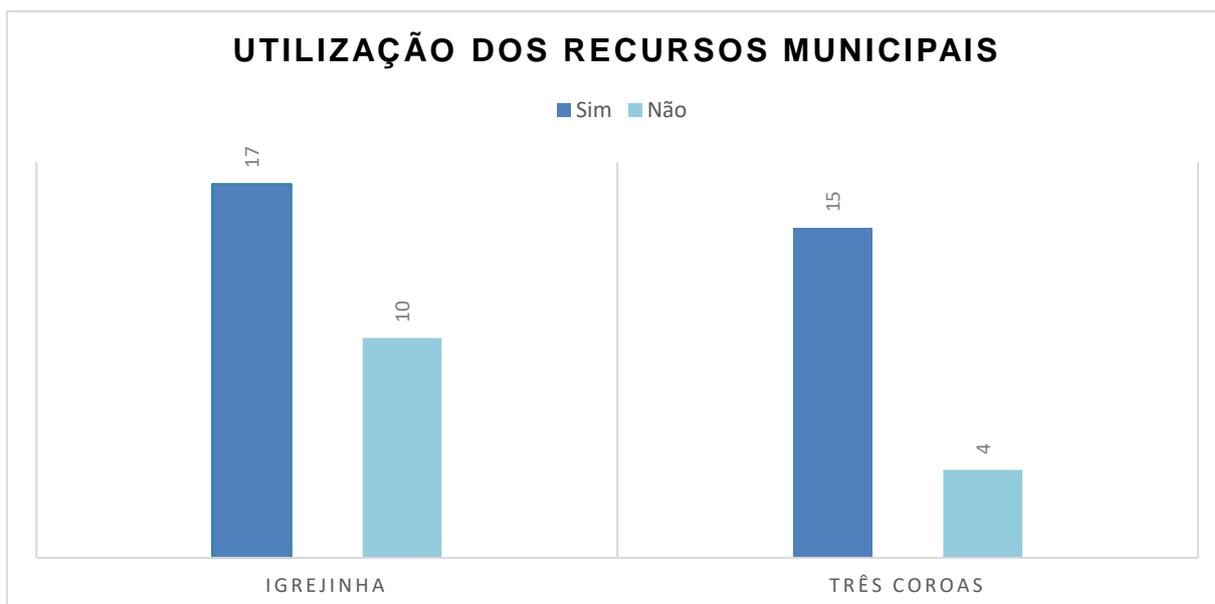
Gráfico 9 – Auxílios Municipais



Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

A pergunta sete questionou os produtores a fim de saber se eles tinham conhecimento dos auxílios municipais disponibilizados pelas prefeituras das cidades pesquisadas. Como se percebe pelo Gráfico 9, na cidade de Igrejinha, 89% dos entrevistados dizem conhecer os auxílios disponíveis, enquanto na cidade de Três Coroas esse percentual foi de 84%.

Gráfico 10 - Utilização dos recursos municipais



Fonte: Elaborado pela acadêmica, conforme dados da pesquisa.

A pergunta oito tinha por objetivo saber se os produtores rurais já haviam utilizado as facilidades relacionadas às prefeituras de seu município, como auxílios e linhas de crédito para custeio dos seus projetos. Observa-se que, na cidade de Igrejinha, 63% dos produtores já utilizaram os recursos municipais e que esse mesmo percentual, na cidade de Três Coroas, ficou em 79%.

Conforme a Lei Municipal 2.395 de 30 de dezembro de 1996, a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Igrejinha instituiu o PRASA (Programa Rotativo de Apoio ao Setor Agropecuário). Ele é definido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento da Agricultura (COMDER) que se reúne uma vez por mês no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igrejinha. Essa verba está prevista pela Lei Municipal de Desenvolvimento da Agricultura.

O Município de Três Coroas não oferece nenhuma linha de crédito, porém auxilia os produtores de outras formas. De acordo com a Lei Municipal 1.676/1997, é concedido aos produtores o empréstimo do trator de esteira conforme termos do acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o município e o produtor. Também, segundo a Lei Municipal 3.484/2015, a cidade auxilia com a compra de sementes, o transporte das colheitas e o transporte de insumos e calcários. Além disso, auxilia com 50% da produção para quem plantar árvores frutíferas e oferece um troca-troca de sementes entre os produtores e uma abertura de açude, por exemplo.

4.2 Análise dos dados referentes ao questionário com os trabalhadores das instituições financeiras

Foi enviado aos trabalhadores das instituições financeiras um questionário com cinco perguntas abertas e fechadas. O questionário foi respondido por um integrante de cada instituição descrita no trabalho, sendo elas o Banco do Brasil, o Banrisul, o Sicredi e o Sicoob.

A primeira pergunta feita aos colaboradores das instituições financeiras foi: Qual a linha de crédito mais utilizada pelos produtores rurais? Os colaboradores das instituições Banco do Brasil, Sicredi e Sicoob responderam que seria o PRONAF, e a colaboradora do Banrisul citou o Pronamp. As respostas citadas vêm ao encontro das respostas obtidas através da pesquisa com os produtores.

O segundo questionamento fez um levantamento das taxas de juros das linhas mais utilizadas. Os resultados mostraram que os valores podem variar de acordo com o porte do produtor (pequeno, médio ou grande), ficando entre 4% e 6% a.a. no PRONAF. Já no PRONAMP, a taxa é pré-fixada em 6% a.a.

A terceira pergunta buscava saber onde e de que forma as linhas de crédito são ofertadas aos produtores. Elas são oferecidas aos produtores de modo presencial, por telefone e através de participação em eventos de relevância do setor, como feiras municipais voltadas ao agronegócio. Além disso, muitos produtores, por conhecimento prévio, visitam as agências a fim de contratar os financiamentos.

Diante das informações coletadas na pesquisa, ressalta-se que, conforme Duarte (2019), o Brasil, na atualidade, é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Com o clima propício e a grande expansão territorial, o país alavancou na produção agrícola, e isso, conseqüentemente, refletiu na economia do país, passando a contribuir com 50% do total de exportações do país, de acordo com os dados da Secretaria de Agricultura do estado de Minas Gerais.

O quarto questionamento buscava descobrir se as linhas de crédito eram contratadas na sua grande maioria por pessoa física ou jurídica. Segundo resposta unânime de todas as instituições, o maior público é a pessoa física.

Os colaboradores foram questionados também, assim como os produtores, para quais projetos rurais as linhas são contratadas. Ao encontro dos resultados da pesquisa realizada junto aos produtores rurais, relataram que seria para a área da agricultura e da pecuária principalmente. Além disso, informaram que seria para os investimentos na melhoria desse

negócio, como nas estruturas da propriedade, compra de novas máquinas e equipamentos e transporte de insumos.

Segundo Alves, Junior e Moraes (2017), os agricultores familiares dos pequenos municípios enfrentam grandes desafios no cenário atual e recente. Hoje, procuram agregar mercados e valor a sua produção. A grande dificuldade encontrada por eles é manter a variedade de produtos, manterem preços, quedas de produção e situações atípicas como variações climáticas (ALVES; JUNIOR; MORAES, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após detalhamento final da análise dos dados, pode-se verificar que os produtores rurais das cidades contratam os recursos de um financiamento rural para investimento, melhorias na estrutura e processo da sua atividade de agronegócio. Porém, a contratação desse financiamento é muito bem planejada e analisada juntamente com pessoas de confiança, da família, contadores e os colaboradores das instituições financeiras.

As principais atividades dos produtores de Igrejinha/RS e Três Coroas/RS são a agricultura e a pecuária, sendo essas as mais benéficas financeiramente para as propriedades familiares dos municípios. O investimento orientado de forma contábil e financeira traz inúmeras vantagens para a propriedade sem endividar o produtor rural. A maior parte dos produtores entrevistados tem a sua receita proveniente das feiras de produtor, realizadas semanalmente para a comunidade em geral dos municípios pesquisados.

Os trabalhadores das instituições financeiras que responderam ao questionário relataram que as melhores formas de oferecer as linhas aos produtores é por meio de eventos do setor do agronegócio, em que é possível encontrar muitos expositores e criar relacionamento com esses, sendo essa uma boa oportunidade de conhecer seus negócios e entender suas dificuldades. Em se tratando de linhas do governo, principalmente as promovidas pelo BNDES, há uma grande procura de informações pelos produtores rurais.

As melhorias conquistadas por meio desses financiamentos permanecem nas propriedades, oportunizando que os produtores produzam mais com maior qualidade na entrega final. Seria interessante que fossem realizadas outras pesquisas para entender o perfil financeiro desses pequenos produtores e de que maneira eles gostariam de ter uma assessoria financeira voltada ao seu negócio, a fim de ajudá-los a entender o cálculo relativo a seu lucro, prejuízo, aplicar centro de custos na produção, efetuar o cálculo do seu custo de produção e seu preço de

venda, para que, assim, possam crescer e aprender cada vez mais, fazendo o país avançar ainda mais nesse setor.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Darlã de Moraes; JÚNIOR, Alexandre Aloys Matte; MORAES, Jorge Amaral de. *As novas relações entre o urbano e o rural: o caso dos agricultores familiares feirantes de Igrejinha/RS*. Santa Cruz do Sul: Revista de História e Geografia Ágora, 2017.
- APOLLINÁRIO, F. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a Produção do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BENEDICTO, Gideon Carvalho de; PADOVEZE, Clóvis Luis. *Análise das demonstrações financeiras*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- BERBEL, José Divanil Spósito. *Introdução à Contabilidade e Análise de Custos*. São Paulo: Editora STS, 2003.
- CALLADO, Antônio André Cunha; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. *Custos: Um desafio para a gestão no Agronegócio*. São Paulo: VI Congresso Brasileiro de Custos, 1999.
- Coordenação geral de Comunicação Social. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Participação do Agronegócio nas exportações brasileiras cresce 1,5% em março*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/participacao-do-agronegocio-nas-exportacoes-brasileiras-cresce-1-5-em-marco>>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CUNHA, Fabrício José Krumpos; MENDES, Luciana Maura Aquaroni Geraldi; ZAMBONINI, Jean Gilberto Aparecido. *O uso da tecnologia como aporte ao agronegócio*. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 09, Vol. 05, p. 22-35. Set. de 2019.
- DUARTE, Giuliana Rayane Barbosa. *Agronegócio no Brasil: como está nosso setor e o que você pode esperar*. Disponível em: <<https://blog.aegro.com.br/agronegocio-no-brasil/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- FEIX, Rodrigo Daniel; LEUSIN JÚNIOR, Sérgio. *Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019*. Porto Alegre: SEPLAG, Departamento de Economia e Estatística, 2019.
- FLORES, Eduardo; BRAUNBECK, Guillermo; CARVALHO, Nelson. *Teoria da Contabilidade Financeira*. São Paulo: Atlas, 2018.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, E. P. *Iniciação à pesquisa científica*. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.
- Investe-RS. *Agronegócio e Agrotecnologia*. Disponível em: <<https://investrs.com.br/agronegocio-e-agrotecnologia-5a05d11b6ed55>>. Acesso em: 11 dez. 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIMA, Eugenize Bezerra. *Contabilidade de Custos*. Rio de Janeiro, 2014.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARION, José Carlos. *Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. São Paulo: Atlas, 1985.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. Análise didática das demonstrações contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PODESTÁ, Inez de. Valor da Produção Agropecuária de 2019 atinge recorde de R\$ 630,9 bilhões. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-encerra-2019-com-r-630-9-bilhoes>>. Acesso em: 10 jan. 2020. Bayer jovem 2019.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração Financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

Sociedade Nacional de Agricultura. Como a Tecnologia está revolucionando o Agronegócio. Disponível em: <<https://www.sna.agr.br/como-a-tecnologia-esta-revolucionando-o-agronegocio/>> Acesso em: 15 dez. 2019.

SOUZA, Josias de. Acordo EUA- China prejudica agronegócio brasileiro. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/01/15/acordo-eua-china-prejudica-agronegocio-brasileiro.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

Solidariedade. Pouco valorizada, a agricultura familiar responde por 35% do PIB brasileiro – Fundação 1º de Maio. Disponível em: <<https://www.solidariedade.org.br/fique-de-olho/pouco-valorizada-a-agricultura-familiar-responde-por-35-do-pib-brasileiro-fundacao-1o-de-maio/#:~:text=Hoje%2C%20a%20agricultura%20familiar%20%C3%A9,popula%C3%A7%C3%A3o%20economicamente%20ativa%20do%20pa%C3%ADs>>. Acesso em: 20 jun. 2020. Sead 2017.

ZDANOWICZ, José Eduardo. Planejamento Financeiro e orçamento. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1995.